

A “NORMALIZAÇÃO” DA LÍNGUA NO BRASIL

*Julio Cesar Barreto Rocha*¹

Universidade de Santiago de Compostela / Universidade Federal de Rondônia

“D’acquistare e governare e mantenere gl’imperii sono tre instrumenti:
la lingua, la spada et il tesoro”.

(Campanella, cit. in Nieto Jimenez, 1995)

Haverá, no imaginário popular, a idéia geral de que um idioma, uma vez “normalizado”, alcança uma estabilidade da qual dificilmente será desalojado, e devem por isso as autoridades do país desenvolverem políticas lingüísticas apenas para suportar este estado de coisas, para evitar qualquer “invasão” estrangeira. A realidade não é tão simples. Nosso objetivo é fornecer uma matização a esta idéia geral, permitindo a defesa de um planejamento ordenado e constante em prol do idioma, no trabalho perpétuo que é possuir e preservar um idioma normalizado, em busca de uma otimização do instrumento de comunicação –que não é apenas isto, como se sabe– visando também o fortalecimento das chamadas “indústrias da língua”, protegendo a própria identidade nacional, e em apoio à cultura do país.

O caso da normalização da língua no Brasil nos propiciará obter alguma luz para este assunto de política do idioma. Os brasileiros vivem atualmente um período de crescimento econômico: o Produto Interno Bruto neste 1997 saltou para a cifra de 777 bilhões de dólares; a inflação caiu, nos últimos três anos, para um número em torno dos 6% anual, com reservas cambiais bem próximas dos 60 bilhões de dólares, mantendo-se a cotação do Real (a moeda nacional há alguns anos, símbolo R\$) ao par do dólar norte-americano desde 1994². O Brasil é hoje um país de língua normalizada, isto é, o conjunto da população, em todos os setores sociais, nas escolas, nos meios de comunicação, nos tribunais, no cotidiano, fala e escreve a língua portuguesa. Na expectativa da criação de um espaço econômico típico do atual processo de globalização, rompendo-se gradualmente as fronteiras políticas, no estabelecimento do Mercosul, que implicará, em um período de duas décadas o livre trânsito de empresas, pessoas e mercadorias, a questão lingüística é uma preocupação que salta à vista: o brasileiro, a nosso ver, não está preparado para lutar no campo da “guerra das línguas”. Num amplo território “bilíngüe”, em que se confrontarão as duas línguas ibéricas de maior extensão universal, não é impossível que vejamos reproduzir-se na América do Sul o

¹ Rua Sam Joám, 4, 2º D, 15705-Santiago de Compostela; tel: 981-585615; E-mail: jrocha@jet.es.

² Houve uma pequena variação, e o dólar atingiu a cotação recente de R\$1,07.

mesmo confronto que se deu, historicamente, entre o castelhano³ e o português⁴, na Península Ibérica.

O Mercosul idealmente unirá Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai⁵. Seu contingente populacional então será de 190 milhões de falantes de português e mais 88 milhões de usuários do castelhano, num território que abrangerá 13 milhões de quilômetros quadrados. Tal conglomerado lembra uma agigantada União Ibérica, que uniu o Portugal e a Espanha de 1580 a 1640. Como se sabe, também aquele momento histórico não se deu bruscamente; nas palavras da Professora Vázquez Cuesta (1986: 8), foi “o desfecho de um lento e progressivo processo de interdependência econômica e de castelhanização cultural iniciado no fim do século anterior”. No caso em foco, temos no Brasil um país absolutamente ausente da “guerra das línguas”, cada vez mais distante do fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁶; desamparado por um Portugal que se preocupa mais em cultivar o passado glorioso, muitas vezes desqualificando a língua que se emprega em Cabo Verde ou mesmo no Brasil, e desprezando a Galiza que foi a real forjadora do idioma comum; com os demais países de língua portuguesa rendendo-se à invasão de outros idiomas, como Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, que vêm sofrendo assédios de outras influências industriais; já estando praticamente perdida Goa, Macau e Timor Leste⁷ (Cabo Verde e São Tomé & Príncipe mantêm-se em melhor situação em maior parte pelo isolamento do que por uma política estatal adequada).

Mas precisará mesmo da proteção do Estado uma língua empregada por dezenas de milhões de falantes alfabetizados e numa economia estável? Esta pergunta costumeira para quem trata de normalização lingüística surge não apenas agora, em decorrência da atual situação de normalidade do uso da língua no Brasil, mas é aventada muitas vezes antecipando

³ Que é o resultado do encontro entre o leonês, o moçárabe e o vasco, castelhanizados (cf. Pidal, Ramón Menéndez (1942), *El idioma español en sus primeros tiempos*, Madrid, Espasa-Calpe, 1973).

⁴ Que é o galego-português, como se sabe (*Vide*, v.g., Carvalho Calero, Ricardo (1980), “A fortuna histórica do galego”, in Lluís V. Aracil et al., *Problemática das línguas sen normalizar. Situación do galego e alternativas*, Ourense, Galiza Editora (ed. de 1989), 105-128.

⁵ A Bolívia e o Chile incorporar-se-ão após o ano 2005.

⁶ *Vide*, v. g., a entrevista “Aparecido acusa: ‘Brasil inviabiliza CPLP’”, *Revista Valor*, ano 6, nº 298 (17 a 23 de Julho de 1997), 11.

⁷ O temor de uma progressiva castelhanização possui antecedentes históricos, como menciona Vázquez Cuesta, ainda sobre o conflito lingüístico da União Ibérica: “Confirmava-se assim, e não em relação a uma colônia africana ou americana, mas a uma nação da Europa que tinha atrás dela quase quinhentos anos de história independente que um erro de cálculo a coloca à beira do desaparecimento, aquela ideia expressa já no século XV com referência a Roma pelo humanista italiano Lorenzo Valla na sua *Elengantiarum libdi VI: os povos submetidos sacodem mais depressa o jugo das armas do que o jugo da língua*” (*idem*).

a repetida confirmação da existência de uma “perfeita saúde” do idioma castelhano, que é empregado maioritariamente pelos vizinhos do Brasil, parceiros do Mercosul. Dizendo de outra forma: Não houvesse ameaça a essas grandes línguas, não haveria motivo algum para que as autoridades e os acadêmicos da Espanha insistissem tanto neste tema.

A conclusão é óbvia: o castelhano efetivamente sofre assédios: concorre não somente com línguas indígenas na América (em que o Paraguai com o uso amplo do guarani é bom exemplo), e com um analfabetismo pertinaz, e com toda a digressão de um ambiente cultural multifacetado⁸, mas também vive numa situação apremiante na própria Península Ibérica, em que galegos, catalães e vascos possuem forte língua de cultura, e são por isso obrigados a empregar o idioma castelhano.

Não possuindo um concreto Estado-Nação⁹, a Espanha finda por ter nos países hispano-americanos um referente histórico, quase um trampolim, que efetivamente ora alcança os norte-americanos pelo Sul, ora direciona-se a “recuperar” nacos do Brasil, perdidos quando do rompimento do Tratado de Tordesilhas, uma decorrência particular da União Ibérica. Como reflexo desta conjuntura histórica, existe uma rígida política estatal de controlar a língua empregada pelos espanhóis; e como necessidade de ampliar os espaços do idioma, a Real Academia Espanhola tornou-se um dos mais importantes organismos do Estado. A causa e a consequência econômica mais visível será a manutenção e ampliação das chamadas “indústrias da língua”. Deste modo se refere Marcos Marín (1994: 40) à questão, que é tão desprestigiada no Brasil de hoje, no espaço latino-americano:

“Las tecnologías de la información remiten en última instancia a la Lengua. Esta sucesión de intereses es la misma que ha hecho surgir en el horizonte tecnológico otras expectativas que se basan en la importancia que la lengua cobra día a día como objeto económico e industrial, cuyo paradigma son las llamadas industrias del idioma, fruto de la aplicación de las tecnologías de la información a la lengua y que abarcan desde los tratamientos de texto a la lexicografía, pasando por la traducción por ordenador y la síntesis y reconocimiento del habla. Todo ello supone también una dimensión económica de singular importancia, en un momento en que el sector terciario es el motivador principal del progreso económico”.

⁸ De fato, muito já se falou acerca de existirem “novas línguas” no Novo Mundo Hispânico. Num curtíssimo exemplário, mas bastante representativo, veja: Abeille, L. (1900), *Idioma Nacional de los Argentinos*, Paris, Librairie Émile Bouillon; Bello, A. (1823), *Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar i uniformar la ortografía en América*, Londres; Borges, J. L. (1928), *El idioma de los Argentinos*, Buenos Aires.

⁹ O grande constitucionalista Tomás y Valiente, recentemente assassinado precisamente por questões de nacionalidades internas “mal-digeridas”, costumava caracterizar o Estado espanhol como uma “ficção política”.

Com efeito, gerando muitas desavenças e questionamentos em diversas Comunidades Autônomas na Espanha, como princípio maior da política estatal de controlar a língua, a Constituição do Estado Espanhol reza:

Artículo 3

1. El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla. (Grifo nosso)

Tal cominação demonstra muito bem o caráter impositivo do idioma castelhano, e a constitucionalização do idioma bem explicita sua preparação histórica para a “guerra das línguas”. De fato, nem em Portugal nem no Brasil verificamos tal constrangimento. Na Constituição da República Portuguesa, encontramos como tarefa fundamental do Estado (Artigo 9º, inciso f, *in fine*) “promover a difusão internacional da língua portuguesa”, devendo existir, no âmbito das relações internacionais, “laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa” (Artigo 7º, inciso 4). No Artigo 74º, inciso h, deve incumbir ao Estado “assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa”. A Constituição Federal brasileira, bastante criticada por sua pormenorização excessiva, também passa por cima da questão, por acreditá-la inexistente e nela consta somente:

Artigo 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Neste contexto de “mercado” e de defesa da identidade cultural de cada um, aparece como transparente que há uma “plantação” da má imagem do Brasil que resta na “consciência da coletividade”, pelas publicações estrangeiras; fica mais claro o porquê da divulgação de referências pejorativas, de dados inexatos e grotescos a respeito do Brasil, na maioria das vezes apresentando do país apenas favelas e mazelas, e exibindo de seus nacionais um retrato desproporcional à sua realidade, e “esquecem-se” de mencionar as não poucas vantagens e virtudes havidas, tratando-se com displicência dados que se tornaram tópicos e que não interessam serem revisitados pelas agências de notícias internacionais¹⁰.

Atitudes de planificação possuem endereço certo: em muito visam essa grande guerra mundial por colocar sua mercadoria cultural no mercado. Fazer legislação sobre o idioma implica saber que deve-se proteger esse “mercado da língua”, isto é, os falantes/ ouvintes/ escritores/ leitores do idioma, e até, ao melhor possível, ampliar esse mercado. Disso sabem muito bem aqueles que estão à frente da política lingüística do castelhano. Um livro, um

¹⁰ Vide, v.g., a reportagem de capa “Calor Brasil Sexo. Viaje al paraíso de la sensualidad”, *La Revista de El Mundo* (29 de junio de 1997), nº 89, 16-33.

vídeo, um programa de televisão, e muito mais, ao ser lançado na Espanha, possui como alvo certo não apenas a Espanha, que é um mercado que sua Constituição protege, mas também milhares de outros consumidores espalhados pelo mundo. Daí, particularmente, a necessidade de proteger a unidade do idioma pelo mundo, e esmagar as diferenças daqueles idiomas que poderiam ser competitivos contra as suas próprias indústrias da língua. Mas não é só isso: uma língua forte capacita a divulgação da cultura, dinamiza, enriquece e enobrece o povo que a usa. As vantagens são múltiplas e de toda ordem.

Ora, sabedores de que o português é uma língua “normalizada” no Brasil, as autoridades brasileiras não apenas não procuram aproveitar-se da boa situação econômica atual do país, e potencializar a ótima situação lingüística em que vivem os brasileiros, como também não trabalham no sentido de fundar uma política lingüística ajeitada aos interesses nacionais (e multinacionais, porquanto diversas outras nações também o empregam), e mesmo caminham de braços dados com os rivais: admitem o desfavorecimento do idioma português dentro das fronteiras do Brasil, e, conseqüentemente, irão manter semelhante postura depois, dentro das fronteiras do Cone Sul. Neste ambiente próprio à desintegração, a normalização lingüística do Brasil corre perigo.

País considerado lingüisticamente estável, o Brasil não possui muita experiência de luta para a fixação do idioma. Colonizado mais concretamente a partir de um século depois da chegada dos portugueses, inicialmente habitado por indígenas de variados idiomas, geralmente do tronco tupi, com o aumento da presença portuguesa, com o incremento da povoação em torno de cidades cumprindo o modelo europeu, foi considerado apenas no século XVIII um território sem grandes problemas de ordem lingüística¹¹. Em 1615, porém, existiam nas terras do Brasil, num número hiperdimensionado, apenas “três mil portugueses”¹², frente a mais de um milhão de índios¹³.

O Marquês de Pombal (1699-1782), que dirigiu a política portuguesa em seu tempo, é considerado o grande artífice da unidade lingüística e territorial brasileira¹⁴. Na realidade,

¹¹ É corrente a divisão da normalização idiomática do Brasil em fases: superado o Tratado de Tordesilhas; a “sedução da Ásia portuguesa”, que absorvia as iniciativas oficiais; a política lingüística jesuítica de ensino da “língua geral”; e mais o processo de criouliização; veio a fase da fixação lingüística por intermédio da literatura (cf. Rodríguez, José Luís (1990), “As polas vivas da árvore galaico-portuguesa”, *Agália*, inverno 1990, 415-422).

¹² Segundo documentos oficiais portugueses de 1615. *Apud* Cunha, Euclides da (1982), *Os Sertões. Campanha de Canudos*, Editora Abril, 73.

¹³ Ribeiro, Darcy (1996), *O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 31.

¹⁴ Cf. Marcos Carneiro de Mendonça, 1953.

devemos considerar o desprestígio da língua tupi, tida como “língua geral” brasileira nos primeiros séculos, como a causa operativa da aceitação do idioma português. O romancista Lima Barreto (1881-1922), em seu *Triste fim de Policarpo Quaresma*, apresenta histrionicamente a face atual desta subconsideração ao tupi, num contexto em que destaca um visionário que prega a defesa dos ideais de uma brasilidade anti-européia, num requerimento ao Congresso Nacional:

“Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se vêem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro de nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma –usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua idéia, pede vênia para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática.

Demais, Senhores Congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas a que o polissintetismo dá múltiplas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal –controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura literária, científica e filosófica.

Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar meios para realizar semelhante medida e cômico de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade.

P. e E. deferimento”.

Contra este personagem peticionário, diz Lima Barreto, “não havia quem não fizesse uma pilhéria sobre ele”. Adicionalmente, para além da subconsideração do elemento indígena, a narrativa revela no fundo a existência de um resquício brasílico de que seu povo não fala um idioma próprio, uma “língua sua”, destaca a tolice de que haveria outros que fossem “proprietários” da língua portuguesa, que hoje na realidade a todos congrega em Nação, e que pode ser um forte instrumento de comunicação com outros países, apta para as indústrias da língua. Este resquício por certo acarreta maior dificuldade em defender-se numa época de

mercados muito competitiva¹⁵, em que cobra grande importância a defesa até exacerbada do idioma, como vimos¹⁶.

A língua tupi, no entanto, nem sempre foi desprestigiada: possuía o estatuto de preferencialidade para o contato dos europeus¹⁷. No entanto, a decadência veio com o contato com a língua portuguesa. O historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda explica¹⁸:

“A própria língua portuguesa parece ter encontrado, em confronto com a holandesa, disposição particularmente simpática em muitos desses homens rudes. Aquela observação, formulada séculos depois por um Martius, de que, para nossos índios, os idiomas nórdicos apresentam dificuldades fonéticas praticamente insuperáveis, ao passo que o português, como o castelhano, lhes é muito mais acessível, puderam fazê-la bem cedo os invasores. Os missionários protestantes, vindos em sua companhia, logo perceberam que o uso da língua neerlandesa na instrução religiosa prometia escasso êxito, não só entre o gentio da terra. Os pretos velhos, esses positivamente não o aprendiam nunca. O português, ao contrário, era perfeitamente familiar a muitos deles”.

Assim, também os holandeses vencedores empregavam com naturalidade a língua dos portugueses momentaneamente derrotados... No atual contexto econômico do Mercosul, é plausível admitir que dificilmente, mesmo vencedores da guerra comercial, os brasileiros consigam preservar sua língua, na totalidade do País, no entrelaço com o castelhano.

Menéndez Pidal, em seu magistral *El idioma español en sus primeros tiempos*, relata as vicissitudes pelas quais passou primeiro Castela, depois o Estado Espanhol, para fixar e depois proteger seu patrimônio lingüístico. Por sua vez, numa nação de economia emergente como o Brasil, de largas fronteiras, de profundas injustiças sociais na distribuição de renda, a idéia de perda do idioma nacional não está assim tão distante. Buscando combater o perigo, e exaltando um fortalecimento, Laudelino Freire representa perfeitamente uma tradição filológica quase perdida, talvez pela “chomskialização” dos estudos lingüísticos, nas faculdades de Letras, submissas às licenciaturas e avessas às pesquisas de campo, abandonada

¹⁵ Jesús Royo (1992: 135), numa visão oportuna, assegura que “o interessante é non ficar descolgados deste tren do mercado mundial das comunicaciós. É preciso facer todo o posíbel para que o acceso ao mercado mundial non o teñamos que facer por medio doutra lingua...” (*Unha lingua é un mercado*, Vigo, Xerais, 1997).

¹⁶ Não é, obviamente, apenas o castelhano o idioma que se protege: a língua francesa, em 1994, foi laureada com a chamada “Lei Toubon”, que obrigava o emprego de palavras exclusivamente francesas pela população –em todas as situações! No dia 29 de julho do mesmo ano o Tribunal Constitucional vetou a aplicação da lei parcialmente: não poderá ser proibida a utilização de termos estrangeiros em caráter privado...

¹⁷ De fato, não apenas os jesuítas protegiam a língua tupi, mas necessariamente todo estrangeiro aportado no Brasil praticava-a comumente. O mais antigo documento tupi historicamente conhecido relata justamente uma conversação mantida entre um francês e um índio (Cf. Léry, Jean de (1576), *Viagem à terra do Brasil*; apud Caldas Tibiriçá, Luiz (1984), *Dicionário Tupi-Português. Com esboço de Gramática do Tupi Antigo* (2.^a edição), São Paulo, Tráço, 37-43).

¹⁸ Holanda, Sérgio Buarque de (1936), *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

por uma população quase apática à presença de outro idioma concorrente, seja o castelhano ou o inglês. Dizia o dicionarista¹⁹:

“Antes de tudo, precisamos de ser uma nação, e não um simulacro, uma aparência, um arremedo de nação. E para podermos sê-lo força é não desfitemos a vista de tudo quanto possa concorrer para fortalecer, vigorar e tornar coesa, robusta, indissolúvel e insuperável a unidade nacional, como expressão inequívoca e soberana de uma consciência nacional, de uma cultura nacional, de uma política nacional, de uma indústria nacional, de um comércio nacional, de uma imprensa nacional e de uma língua nacional”.

Problematizar em torno do idioma “normalizado” do Brasil faz-se obrigatório devido às diversas motivações que levam os brasileiros a, em inúmeras situações, relegar a própria língua a um segundo plano. Historicamente podemos explicar esta desconsideração. Pátria formada por imigrados, logo o caldeamento de negros arrancados de diversas tribos africanas e de portugueses (apenas forneciam degredados no início), superaram em número aos indígenas, que eram mortos às dúzias pela escravização ou pelas doenças dos que lá aportavam. Em 1808, com a abertura dos portos às nações amigas, o País passou a receber ainda mais estrangeiros, que, sobretudo desde os finais do século passado, provinham aos milhões da Alemanha, Itália, Espanha e Japão. Darcy Ribeiro (1996: 438) explica que tais contingentes mantêm sua matriz cultural diferenciadora, sob a capa da “normalização” do Brasil:

“... brasileiros de origem germânica, italiana, polonesa, japonesa, libanesa e várias outras, introduzidos como imigrantes do século passado, principalmente nas suas últimas décadas, (...) configuram uma parcela diferenciada da população por sua forma de participação na sociedade nacional. Distingue-os o bilingüismo, com o emprego de um idioma estrangeiro como língua doméstica, alguns hábitos que ainda os vinculam a suas matrizes européias e, sobretudo, um modo de vida rural fundado na pequena propriedade policultora, intensivamente explorada, e um nível educacional mais alto do que o da população geral”.

Vivendo bem ou mal, muitas destas comunidades mantêm tradições e línguas próprias, até em bairros centrais de grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, rodeadas por uma população latino-americana nem sempre respeitosa e amiga de seus vizinhos. Este é um fator importantíssimo a ser considerado por um programa de planejamento lingüístico para o País. Há integração, isto é certo, mas tal integração não é absoluta como a “normalização” aparente indica. Assim se refere Ribeiro acerca do assunto, ainda quando da formação das fronteiras do Brasil:

“Mais de uma vez se teve de apelar ao uso das armas para manter o Brasil sulino atado ao Brasil. Sendo o único núcleo populacional ponderável na imensa fronteira desabitada, portugueses e castelhanos ali se defrontaram ao longo de séculos, sob fortes tensões

¹⁹ Freire, Laudelino (1920), “A defesa do idioma nacional”, conferência de 1920, cf. Pinto (1978: 473-486).

conflitivas que periodicamente explodiam em correrias. Em função dessas tensões e das disputas que elas geravam, o Brasil se viu diversas vezes envolvido nas guerras platinas” (1996: 412).

E também, noutra passagem, continua o nosso autor, sobre uma parcela recente da nação brasileira:

“Alguns, sobretudo japoneses, guardando marcas físicas indisfarçáveis de suas origens, têm, em consequência, certa resistência à plena assimilação ou ao reconhecimento dela quando já trazem isso na cara. Outros imigrantes, como os italianos, os alemães, os espanhóis, apesar de brancarrões e de portarem nomes enrolados, foram mais facilmente assimilados, sendo sua condição de brasileiros plenamente aceita. (...) A atitude desses imigrantes é freqüente-mente de desprezo e incompreensão. Sua tendência é considerar que os brasileiros pobres são responsáveis por sua pobreza e de que o fator racial é que afunda na miséria os descendentes dos índios e dos negros. Afirmam até que a religião católica e a língua portuguesa contribuíram para o subdesenvolvimento brasileiro. Ignoram que aqui chegaram a partir de crises que os tornaram excedentes, descartáveis, da mão-de-obra de suas pátrias, e que aqui encontraram um imenso país já aberto, de fronteiras fixadas, regendo autonomamente seu destino” (1996: 449).

Esse viés que aponta uma possibilidade de fratura do corpo territorial e cultural brasileiro não está presente na atualidade porque sempre preferiu-se ver na diversidade uma vantagem; e porque, historicamente, foi remediada em não poucas ocasiões pelo elemento português, bastante “integrador”, como vemos, neste passo:

“A política portuguesa de potência [estava] deliberada a levar sua hegemonia ao rio da Prata, tanto através da manutenção da Colônia do Sacramento, quanto pela realização do enorme esforço representado pela colonização da área com imigrantes açorianos²⁰; e por décadas de negociações diplomáticas para a fixação de fronteiras. Contribuiu, além disso, a postura ‘portuguesa’ dos luso-brasileiros do extremo sul frente à postura ‘castelhana’ dos hispano-americanos com que se defrontavam, fixando uma identificação étnica tanto mais profunda porque permanentemente posta à prova. Esta auto-identificação se vê reforçada mais ainda porque, estando associada às disputas hegemônicas das suas metrópoles, compelia cada estancieiro não só a definir-se claramente por uma ou por outra como também, definida sua identidade, defender a bandeira respectiva, fazendo da estância sua trincheira” (Ribeiro, 1996: 412).

Esse fator de integração desapareceu com a independência, e o abismo se aprofundará com as fronteiras rompidas pelo Mercosul. Mas há ainda outro fator de desagregação lingüística potencial, ainda mais perigoso do que o rompimento das fronteiras políticas, ainda mais fragmentador que a subconsideração quanto aos elementos étnicos formadores da cultura nacional, ainda mais rigoroso do que a sobrefalada injustiça social ou a imigração recente de grandes contingentes europeus: a frágil consideração do brasileiro para com suas origens

²⁰ É pertinente acreditar que a solução dos eventuais problemas futuros de bilingüismo no território brasileiro se dará pela busca da unidade galaico-luso-brasileiro-africana. *Vide*, para conferir a importância de algo desse passado comum, Manuel de Paiva Boléo (1983), “A língua portuguesa do Continente, dos Açores e do Brasil (Problemas de colonização e de povoamento)”, *Separata da Revista Portuguesa de Filologia* XVIII, Coimbra.

lingüísticas. Parece indiscutível que o principal ingrediente da identidade de um povo é o “objetivo”, ou seja, o propósito de vida sócio-cultural-econômico, na teia de relacionamento com os demais povos. Como se sabe, o que se conhece como “nacionalismo” teve origem na Alemanha, e possuía um forte caráter étnico²¹, de certo modo inexistente na composição maioritária da sociedade brasileira. O cidadão brasileiro atual é uma mescla de culturas e etnias, resultado da confluência de migrantes tão díspares como próximos; de modos de vida tão exóticos quanto autóctones: amalgamam-se traços de língua de tupis, “gaúchos”, judeus, bantos, muhras ou makuxis. E, na sombra de sua consciência, mesmo porque propagada por teorias européias, a ideologia admite que os brasileiros conformamos uma “sub-raça”. Assim, o orgulho da variedade policultural, multi-étnica, encontra relativamente muito pouca difusão no imaginário coletivo do brasileiro. O ingrediente do “propósito nacional” é pouco explorado pelas classes dirigentes, que permanecem as mesmas no poder desde o Brasil Império, que preferem é valer-se mais dessa desagregação para manter-se no comando, preservando o status quo.

Da mesma forma, um outro sentimento rude colabora para a auto-repressão lingüística do brasileiro, numa espécie de “auto-ódio tropical”, muito similar à percepção que experimentam os galegos pouco escolarizados que recusam sua língua para relações internacionais, inclusive querendo-a como idioma isolado, num pequeno recanto do mundo, eludindo sua aceitação como uma das grandes línguas de cultura do Planeta: refiro-me à consciência de ambos falarem “a língua portuguesa”. Ora, os brasileiros (assim como os galegos, noutra ordem de coisas) necessitaram rechaçar os portugueses, fosse pela colonização extrativista, dilapidadora dos bens do País, fosse pela certeza de que seriam, então, apenas um apêndice de um dos mais pobres países da Europa²². Assim, fazer troça do cidadão português é um esporte nacional; conseqüentemente, admitir que fala a língua “portuguesa” finda por não deixar muito confortável o brasileiro médio –em que pese toda a poderosa cultura do país irmão. Além disso, em nada contribui Portugal para modificar esta situação não obstante a forte pressão que privilegia a variedade lisboeta do idioma sobre as demais: já é difícil resistir aos preconceitos internos que fazem os brasileiros sentir-se

²¹ E acrescenta Ninyoles (1975: 59): “En el surgimiento del nacionalismo europeo la lengua fue invocada con mayor fuerza que cualquier otro criterio diferencial”.

²² “O subdesenvolvimento e a dependência som notas características de economia portuguesa, Portugal é ‘a cauda da Europa’”, segundo Suevos, Ramon L. (1987), *Portugal no quadro peninsular*, Lisboa, Associação Galega da Língua, 75.

desprestigiados quando não empregam o padrão culto nacional –ainda dever sujeição à capital do ex-império, e nestas condições, é tarefa que podemos reputar como impossível²³.

No entanto, há, por outro lado, a possibilidade de aproveitar uma grande qualidade do povo português: sua força para defender sua cultura. O Brasil pode, estreitado o relacionamento com o mundo galego-português e africano, buscar subsídios para superar a futura e bem presente invasão do idioma castelhano. Portugal sempre foi gabado por seus estudiosos justamente pela unidade do idioma comum; Ramón Suevos (p. 69, vide nota 21) deparou-se com “umha nítida consciência anticastelhana que palpita até na vida cotidiana, alimentada tradicionalmente desde o próprio sistema educativo e da qual participa a imensa maioria do povo português”, garantindo uma fronteira ideológica, de que carece o povo brasileiro neste momento de unidade territorial bilingüe, numa situação manejada por autoridades que não possuem muito bem exata a percepção do dever de proteger o patrimônio cultural e a identidade nacional. Tal contingência inexistente nos demais países do Mercosul porque amparados pela Espanha, que promoveu, desde há muito, a unidade lingüística, e controla a permissividade de legislações débeis –até influenciando na desagregação dos idiomas internos da Península.

Não há problema algum para que prospere o projeto de união latino-americana; não é precária a integridade lingüística do País; e o intercâmbio cultural dificilmente devoraria o Brasil –desde que a receptividade histórica, natural e generosa do povo brasileiro não seja a porta de entrada de ideologias reacionárias que promovam uma pulverização da identidade nacional. Isto deve ser prevenido, de modo que o novo espaço bilingüe não venha a consumir a língua portuguesa, porque desavisados estão os brasileiros até esta avançada hora no processo de globalização.

Bibliografia

Amaral, A. (1976), *O dialecto caipira*, São Paulo, Ed. HUCITEC.

“Bases do Acordo Ortográfico entre as Nações de Língua Portuguesa” (1987), *Revista Brasileira de Língua e Literatura* 15, 75-88.

Boléo, M.P. (1976), “O problema das terminologias científicas e técnicas”, Separata da *Revista Portuguesa de Filologia* XVI, tomos I e II, 1972-1974 (Coimbra).

²³ Com efeito, a colonização portuguesa no Brasil foi muito desigual, quando comparada com a colonização da Hispano-América. A imprensa somente foi consentida no Brasil com a chegada ao Rio de Janeiro da família real portuguesa, em 1808; enquanto que no México, há séculos, a Espanha já a admitira. Enquanto multiplicaram-se universidades na América espanhola, o Brasil somente viria a ter sua primeira universidade neste século XX!

- Buescu, M.L.C. (1975), “Quantas línguas sabe um homem, tantos homens é”, *Separata* 2, 10 da *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa* 1-2, 23-34.
- ___ (1984), *Historiografia da língua portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- Cândido Jucá (filho) (1933), *O fator psicológico na evolução sintática*, Rio de Janeiro, FGV, 1971.
- Cunha, C. F. da (1981), *Língua portuguesa e realidade brasileira* (8.^a ed.), Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- ___ (1985), “O Projecto NURC e a questão da norma culta brasileira”, in *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, Vol. I, Lisboa.
- ___ (1985), *A questão da norma culta brasileira*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro.
- Cunha, C.F. da, L.F. Lindley Cintra (1991), *Gramática do português contemporâneo* (4.^a ed.), Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- Elia, S. (1987), “A unificação ortográfica em debate”, *Revista Brasileira de Língua e Literatura* 15, 40-47.
- ___ (1961), *O problema da língua brasileira*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- ___ (1979), *Unidade linguística do Brasil*, Rio de Janeiro, Condicionamentos Geoeconómicos.
- Brandão, S.F. (1994), “Em torno de um velho tema: o cancelamento da marca de número na fala das comunidades rurais brasileiras”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 12.
- Folha de S. Paulo (1994), “Manual da Folha de São Paulo”, São Paulo.
- García García, J.L. (1997), “La utilización diferencial del lenguaje en distintos contextos de identidad”, in X. Rodríguez Campos (coord.), *As línguas e as identidades. Ensaios de etnografia e de interpretação antropológica*, Santiago, Universidade de Santiago de Compostela.
- González, J.M. (1996), “Cambiar el lenguaje, cambiar la piel”, *Leer* 82, Madrid, Arce.
- Herzfeld, M. (1997), “Filología política: consecuencias cotidianas de las gramáticas grandiosas”, in X. Rodríguez Campos (coord.), *As línguas e as identidades. Ensaios de etnografia e de interpretação antropológica*, Santiago, Universidade de Santiago de Compostela.
- Ilari, R. (1992), *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*, São Paulo, Martins Fontes.
- Lapa, M.R. (1984), *Estilística da língua portuguesa* (11.^a edição revista pelo autor), Coimbra, Coimbra Editora.
- Leite de Vasconcelos, J. (1897), *Mapa dialectológico do continente português*, Lisboa.
- Lindley Cintra, L.F. (1983), *Estudos de dialectologia portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.
- Lucchesi, D. (1994), “Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 9, 17-19.
- Lúcia César, A., M.S. Sepúlveda Neto (1994), “Norma Padrão X identidade cultural: uma experiência em processo”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 9, 103-08.
- Marín, F.A.M. (1994), *Las industrias de la lengua*, Madrid, Gredos.
- Martins, O. (1960), *Jornal*, Lisboa, Guimarães & C^a Editores.

- Melo, G.C. de (1981), *A língua do Brasil* (4ª edição, melhorada e aumentada), Rio de Janeiro, Padrão.
- Mendonça, M.C. de (1953), *O Marquês de Pombal e a unidade brasileira* (Conferência pronunciada no dia 8 de maio no IHGB, no Rio de Janeiro), São Paulo, Gráfica Carioca.
- Montero Santalha, J.M. (1997), “Mil anos de identidade linguística galego-portuguesa”, in X. Rodríguez Campos (coord.), *As linguas e as identidades. Ensaio de etnografía e de interpretación antropolóxica*, Santiago, Universidade de Santiago de Compostela.
- Nascentes, A. (1964), *O idioma nacional*, Rio de Janeiro, Livraria Académica.
- Neto, S. da S. (1963), *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (2ª edição), Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- Neves, J.A. das (1992), *As relações literárias de Portugal com o Brasil*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Nieto Jiménez, L. (1995), “La política lingüística en el renacimiento español”, *Letras* 31-32, 5-29.
- Ninyoles, R. (1975), *Estructura social y política lingüística*, Valencia, Ed. Fernando Torres.
- Nunes, J.J. (1989), *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, Lisboa, Clássica Editora.
- Oliveira, F. de (1536), *Gramática da linguagem portuguesa* (edição a cargo de Maria Leonor Carvalhão Buescu, 1975), Lisboa, Casa da Moeda.
- Peres Rodrigues, J.H. (1996), *Contribuição para um contraste linguístico luso-brasileiro: Análise lexicométrica de textos jornalísticos*, Dissertação de Licenciatura Inédita, Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela.
- Pimentel Palacio, A. (1992), “Alfabetização na Amazônia Indígena”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 7, 82-85.
- Pinto, E.P. (seleção e introdução) (1978), *O português do Brasil: Textos críticos e teóricos*, vol. I, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- Ribeiro, O. (1987), *A formação de Portugal*, Lisboa, ICLP.
- Saraiva, A. (1987), “Lembrança do Brasil”, *Revista Brasileira de Língua e Literatura* 15, 72-74.
- Sarille, X.M. (1994), “Os intelectuais galegos, Portugal e Brasil”, *Luzes de Galiza* 25, Santiago de Compostela, Edicións do Castro.
- Teixeira, R.A. (1995), “Política de educação escolar indígena no Brasil”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 13, 44-51.
- Teyssier, P. (1980), *História da língua portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.